

FINANCIAMENTO PARA A AQUISIÇÃO DE INSUMOS MECÂNICOS AGROPECUÁRIOS NO BRASIL E NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Welton Paulo do Nascimento

Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
welton.pn@hotmail.com

Francisco Fransualdo de Azevedo

Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
ffazevedo@gmail.com

RESUMO

Este texto tem como objetivo analisar a política de crédito rural no âmbito do financiamento para aquisição de insumos mecânicos (máquinas, equipamentos e implementos) para a agricultura no Brasil e no Estado do Rio Grande do Norte. Partimos da compreensão que o crédito rural se constitui num meio de ação do Estado direcionada à produção no campo brasileiro, resultando na expansão da técnica nos processos produtivos, mesmo que de forma seletiva setorial e espacialmente. A realização da análise foi efetivada a partir de leitura bibliográfica, consulta de documentos e levantamentos de dados em portais oficiais como do Banco Central do Brasil (BACEN) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No Brasil, é perceptível que todas as regiões são contempladas com tal política enquanto no caso do Rio Grande do Norte é evidenciado que o financiamento direcionado à aquisição dos insumos analisados restringem-se aos municípios onde se desenvolvem produções agroindustriais, com forte participação dos municípios onde tal segmento produtivo apresenta relações de comercialização com pequenos agricultores.

Palavras-chave: Crédito Rural. Financiamento. Insumos. Estado.

FINANCIAMENTO PARA LA ADQUISICIÓN DE INSUMOS MACÁNICOS AGROPECUARIOS EN BRAZIL Y EN EL ESTADO DEL RIO GRANDE DO NORTE

RESUMEN

Este texto tiene como objetivo analizar la política de crédito rural en el marco de la financiación para la adquisición de insumos mecánicos (máquinas, equipos y utensilios) para la agricultura en Brasil y en el Estado de Rio Grande do Norte. Partimos de la comprensión que el crédito rural se constituye un medio de acción del Estado dirigida a la producción en el campo brasileño, resultando en la expansión de la técnica en los procesos productivos, aunque de forma selectiva sectorial y espacialmente. La realización del análisis fue efectuada a partir de lectura bibliográfica, consulta de documentos y levantamientos de datos en portales oficiales como del Banco Central do Brasil (BACEN) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). En Brasil, es perceptible que todas las regiones son contempladas con tal política mientras que en el caso de Rio Grande do Norte se evidencia que la financiación dirigida a la adquisición de los insumos analizados se restringe a los municipios donde se desarrollan producciones agroindustriales, con fuerte participación de los municipios donde tal segmento produtivo presenta relaciones de comercialización con pequeños agricultores.

Palabras clave: Crédito Rural. Financiación. Insumos. Estado.

INTRODUÇÃO

A partir da década de 1960, verificou-se no Brasil um processo de expansão da técnica em áreas rurais baseada na importação de insumos agropecuários. Naquele período, ampliava-se o uso de objetos técnico-científicos destinados ao aperfeiçoamento da produção no campo, chegando inicialmente aos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul e alcançando outras áreas do território de acordo com a ampliação da produção capitalista no campo (SILVA, 1982).

A intensificação do consumo de bens e serviços relacionados à demanda do campo resultou no aumento do consumo produtivo agrícola (SANTOS, 1994), criando e recriando demandas heterogêneas de acordo com os subespaços, sendo as cidades os locais onde despontaram a instalação de empresas relacionadas a comercialização de produtos materiais e a oferta de serviços intelectuais destinados à agricultura.

Sob o argumento de fortalecimento da produção agropecuária, através do incentivo à produção e expansão da técnica no campo, o Estado brasileiro criou na década de 1960 a Política de Crédito Rural, elaborada e reconhecida como pública, porém apresentando confrontos de interesses a partir de projetos diferenciados (RODRIGUES, 2014).

Direcionada a financiar as despesas habituais das atividades produtivas no campo, a política de crédito rural passou a atender a produção agroindustrial, principal responsável pelo abastecimento do mercado internacional, e a agricultura familiar que supre a maior parte da demanda nacional de produtos alimentares, sendo essa primeira privilegiada quanto aos investimentos em relação à segunda. Nesse contexto, a obtenção dos recursos direcionados aos diferentes setores da agricultura apresenta rebatimentos diferenciados em cada porção do território de acordo com a especialização produtiva em cada área.

Assim, analisamos neste texto a configuração contemporânea do financiamento para aquisição de insumos mecânicos destinados a agricultura brasileira e ao Estado do Rio Grande do Norte/RN, especialmente no tocante ao financiamento de máquinas, equipamentos e implementos utilizados nos processos produtivos agrícolas em 2016. Compreende-se tal financiamento como vetor de expansão de objetos técnicos científicos no campo brasileiro e potiguar, configurando-se como uma alternativa, em conjunto com outros vetores, para um possível desenvolvimento rural.

Para cumprir tal objetivo, adotaram-se como procedimentos metodológicos levantamento e revisão bibliográfica sobre políticas públicas, de modo particular aquelas direcionadas à agricultura, pesquisa documental sobre a política de crédito rural no Brasil, coleta e sistematização de dados secundários em portais oficiais como do Banco Central do Brasil (BACEN) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) através da Pesquisa Agrícola Municipal e Pesquisa Pecuária Municipal. Tais dados foram sistematizados, trabalhados e apresentados no transcorrer do texto e através de mapas.

O texto está estruturado em duas seções, além dos elementos pré e pós textuais. Na primeira seção realizamos uma análise sobre a modernização da agricultura e a política de crédito rural no Brasil. Na segunda seção abordamos o financiamento da agricultura no Rio Grande do Norte, com especial atenção aos investimentos direcionados à aquisição de insumos agropecuários (máquinas, equipamentos e implementos) nos últimos anos.

MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E POLÍTICA DE CRÉDITO RURAL NO BRASIL

A intensificação do processo de modernização do campo brasileiro apresentou maior expressão no pós-guerra, especialmente a partir da segunda metade da década de 1950, quando o Estado passou a atuar como

agente produtivo por meio da criação de infraestruturas estatais; agente financeiro, promovendo a transformação da estrutura industrial; articulador de capitais privados nacionais e internacionais e formulador e executor de políticas macroeconômicas e setoriais, privilegiando a constituição de uma economia industrial (GRISA e SCHENEIDER, 2015, p. 128).

Nesse momento, o Estado apresentou forte incentivo às empresas transnacionais, principalmente aquelas relacionadas à cadeia primária produtiva exportadora, sob o argumento do fortalecimento da economia nacional, em detrimento da produção de pequena escala, sobretudo a agricultura familiar. O pressuposto principal desse modelo de intervenção foi a alteração da base técnica da agricultura, criando “um mercado consumidor de produtos industrializados (insumos, máquinas e implementos agrícolas), favorecendo o setor industrial (nacional e internacional)” (HESPANHOL, 2010, p. 129).

Porém, é sabido que

Em termos de políticas públicas, há relativo consenso de que entre as décadas de 1950 e 1980, estas tiveram um caráter marcadamente setorial, caracterizadas quase que exclusivamente pelo seu viés agrícola, privilegiando sobretudo os grandes produtores rurais vinculados às demandas do mercado externo (HESPANHOL, 2010, p. 128).

Surge então na agenda política brasileira duas opções de intervenção do Estado, uma direcionada às reformas de base, defendida por acadêmicos, alguns políticos e movimentos sociais e outra direcionada à modernização da agricultura atendendo diretamente aos interesses das elites agrárias, sendo defendida também por economistas e militares. Dessa conjuntura, a segunda opção passou a ser implementada, sobretudo a partir do golpe militar de 1964 com

um conjunto de ações e políticas públicas, como crédito rural, garantia de preços mínimos, seguro agrícola, pesquisa agropecuária, assistência técnica e extensão rural, incentivos fiscais às exportações, minidesvalorizações cambiais, subsídios à aquisição de insumos, expansão da fronteira agrícola, e o desenvolvimento de infraestruturas (GRISA e SCHENEIDER, 2015, p. 128).

Assim, com forte influência da chamada “Revolução Verde” (década de 1960) que já ocorria em escala mundial, o Estado passou a introduzir pacotes tecnológicos incentivando o consumo de bens intermediários e bens de capital, favorecendo os grandes agentes capitalistas com forte incentivo à produção de *commodities* e de outros produtos agrícolas destinados ao mercado exterior.

Nesse sentido, Santos (1994, p. 41) defende que

O fato de que o espaço seja chamado a ter cada vez mais um conteúdo em ciência e técnica traz consigo outras consequências, como uma nova composição orgânica do espaço, pela incorporação mais ampla de capital constante ao território e a presença maior desse capital constante na instrumentalização do espaço, ao mesmo tempo em que se dão novas exigências quanto ao capital variável indispensável (instrumentos de produção, sementes selecionadas, fertilizantes adequados, pesticidas, etc.).

O autor ressalta ainda que o novo panorama do consumo produtivo agrícola, o qual o Brasil presenciou no Pós-Guerra, esteve diretamente associado ao acelerado movimento no território e da sociedade como um todo, refletindo numa ampliação do processo de urbanização no país e, conseqüentemente, numa reconfiguração da rede urbana brasileira com novos conteúdos e novas variáveis que a dinamiza e a torna mais complexa, sendo as cidades os nós das relações dos processos socioespaciais.

Como meio de incentivo à introdução da tecnologia no campo brasileiro, a Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965 institucionalizou o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), o qual passou a garantir subsídios para o incentivo à produção agropecuária no país.

Os objetivos do SNCR, formalizados através do Manual do Crédito Rural (MCR), são: estimular os investimentos rurais por parte dos produtores ou por suas cooperativas; favorecer o oportuno e adequado custeio da produção e a comercialização de produtos agropecuários; fortalecer o setor rural; incentivar a introdução de métodos racionais no sistema de produção, visando ao aumento de produtividade, à melhoria do padrão de vida das populações rurais e à

adequada utilização dos recursos naturais; propiciar, pelo crédito fundiário, a aquisição e regularização de terras pelos pequenos produtores, posseiros e arrendatários e trabalhadores rurais; desenvolver atividades florestais e pesqueiras; estimular a geração de renda e o melhor uso da mão-de-obra na agricultura familiar (BACEN, 2017).

Com base no SNCR (2017) o crédito rural é classificado de acordo com a atividade agrícola e pecuária, tendo como modalidades o custeio das despesas habituais dos ciclos produtivos agrícolas; o investimento em bens e serviços cujo beneficiamento se estenda por vários períodos produtivos; e o crédito para comercialização que visa à adoção de práticas que garantam o comércio da produção após sua coleta, seja por produtores ou cooperativas.

Mesmo sendo reconhecida como importante meio de incentivo à produção agropecuária no Brasil, a Política de Crédito Rural orientada para garantir o acesso a bens e serviços da população do campo, sob o discurso de garantia da justiça social desses sujeitos, acaba resultando numa fonte de fomento à desigualdade quanto à distribuição dos recursos, uma vez que seu impacto no território segue as lógicas produtivas das classes hegemônicas, favorecendo grupos agroindustriais em detrimento da produção familiar, embora esta historicamente é a responsável pelo abastecimento interno da alimentação diária dos brasileiros.

Ainda em relação ao período entre 1960 e 1970 as políticas públicas direcionadas a área rural do país

privilegiaram os setores mais capitalizados e a esfera produtiva das *commodities* voltadas ao mercado internacional e produzidas nos grandes latifúndios, com o objetivo de fazer frente aos desequilíbrios da balança comercial do país. Para o setor da agricultura familiar, o resultado dessas políticas foi altamente negativo, uma vez que grande parte desse segmento ficou à margem dos benefícios oferecidos pela política agrícola, sobretudo nos itens relativos ao crédito rural, aos preços mínimos e ao seguro da produção (MATTEI, 2014, p. 71).

Nesse mesmo sentido, Grisa e Scheneider (2015, p. 128) ressaltam que as ações do Estado direcionadas ao campo brasileiro, durante esse período de modernização, apresentaram um caráter marcadamente seletivo tanto setorial como espacialmente, “beneficiando principalmente os médios e os grandes agricultores, localizados nas regiões Sul e Sudeste, produtores de produtos direcionados à exportação ou de interesses de grupos agroindustriais (café, soja, trigo, cana-de-açúcar, laranja, algodão)”.

Como resultado do acelerado processo de modernização, orientado pela inserção e/ou expansão de empresas multinacionais, principalmente nas regiões Sul e Sudeste, Mattei (2014) destaca que se criou uma visão estereotipada das áreas rurais onde não se desenvolvia o agronegócio e não fazia uso de técnicas e tecnologias mais sofisticadas, sendo compreendidas como lócus do atraso e da pobreza. Trata-se de um equívoco, tendo em vista que o uso de tecnologias sociais associadas a diferentes formas de desenvolvimento da economia solidária, por exemplo, pode proporcionar um processo de desenvolvimento mais equilibrado e condizente com a realidade do lugar.

Diante do exposto, depreende-se que durante todo o período militar (1964-1985), com a expansão do agronegócio, não se teve interesse na agenda política brasileira para políticas públicas voltadas à agricultura familiar, caracterizada pelo foco na biodiversidade, no trabalho familiar, inclusão de jovens e mulheres, segurança alimentar e nutricional e democratização do acesso à terra, responsável também pela maior parte do abastecimento do mercado nacional (Mattei, 2014).

A mudança relacionada à agricultura familiar só veio a se efetivar na década de 1990, com debates que tiveram início na década anterior, pela forte participação de movimentos sociais. Configurou-se como um marco para as políticas desse segmento produtivo a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1996, cuja concepção se inicia já no momento de redemocratização com a política brasileira marcada pela promulgação da Constituição de 1988 a qual garantia o Estado Democrático de Direito.

A partir da criação do PRONAF, além do financiamento que já vinha sendo feito nos setores capitalizados da cadeia primária produtiva exportadora, o Estado passou a atender também, em parte, as necessidades de pequenos produtores que antes não tinham nenhum apoio relacionado à agricultura. O financiamento da produção e a comercialização dos produtos agropecuários se tornaria uma alternativa de incentivo à grande e à pequena produção, mesmo sendo evidente o forte volume de captação dos recursos pelos agentes mais capitalizados.

Desde o início do processo de modernização da agricultura brasileira até hoje, a tríade ciência, tecnologia e informação foram introduzidas nas áreas rurais modificando as relações de produção e trabalho, contribuindo para o agravamento do quadro de desigualdade socioespacial, expulsão da população do campo, precarização do trabalho face ao aumento do exército reserva de trabalhadores, bem como propiciou a intensificação da ação do Estado através da criação de programas e linhas de créditos direcionados ao financiamento das novas demandas produtivas.

Associado a demanda do campo e a ação dos programas direcionados ao financiamento da agropecuária, ocorreu uma significativa expansão do consumo produtivo agrícola, termo utilizado por Santos (1994) para designar o consumo de bens e serviços utilizados no aperfeiçoamento dos processos produtivos nas áreas rurais.

Dentre os bens consumidos destacam-se os insumos agropecuários, materiais utilizados no aperfeiçoamento dos processos produtivos agropecuários e nas demandas das etapas específicas dos circuitos espaciais produtivos, podendo ser classificados como:

- Insumos biológicos: produtos de origem vegetal e animal como sementes, estercos e resíduos de abate de animais;
- Insumos minerais ou químicos: produtos provenientes de rochas ou produzidos artificialmente pela indústria como calcário, fertilizantes, agrotóxicos;
- Insumos mecânicos: máquinas e implementos agrícolas como tratores, arados, roçadeiras, adubadeiras, trituradores, enxadas e materiais de irrigação.

Santos (1994) assinala que o crescimento do consumo produtivo agrícola, em conjunto ao consumo consumptivo no processo de urbanização brasileira, resultou da criação de demandas heterogêneas nos diferentes subespaços, de acordo com as diferentes produções agrícolas, estas que por sua vez resultam em mercadorias ou produtos destinados ao consumo final.

Assim, a demanda por objetos técnicos científicos pela agricultura passa a ser atendida, sobretudo pelos centros urbanos (evidente, por exemplo, nas cidades médias), fortalecendo-os do ponto de vista demográfico e econômico, além de resultar numa divisão do trabalho mais complexa entre as cidades e também no campo mediante as especializações produtivas (SANTOS, 1994).

De acordo com a publicação *Regiões de Influências das Cidades* do IBGE (2008), o maior número de cidades que apresentam maior participação no contexto do comércio de insumos agropecuários concentra-se nas regiões Sul e Sudeste, destacando-se as cidades próximas das áreas onde estão situados grupos agroindustriais especializados na produção de monoculturas como cana-de-açúcar, soja, café e pecuária bovina. Nas demais regiões do país as cidades que despontam são as capitais estaduais e cidades de porte médio nas proximidades dos vales úmidos dos rios, a exemplo do vale do Rio São Francisco marcado pela produção de uva e dos rios Piranhas-Açu e Apodi-Mossoró no Rio Grande do Norte com a produção de banana, manga, castanha de caju e melão.

Segundo os dados do Banco Central do Brasil (2017), uma das finalidades do sistema de financiamento do Crédito Rural refere-se aquele direcionado a aquisição de “máquinas, equipamentos e implementos agropecuários” (insumos mecânicos), somando no ano de 2016 apenas 3,73% do número de contratos em relação ao crédito rural total para o Brasil que chegou a 2.201.243 contratos (custeio, investimento e comercialização). Estes representaram 6,51% do valor do financiamento em crédito rural que chegou a R\$ 157.347.654.612,01 em todo país no respectivo ano. Os demais vetores de financiamento referem-se aos direcionados

a aquicultura, aquisição de animais, aquisição de animais de serviço (uso agrícola), aquisição de ativos operacionais, aquisição de veículos, atendimento a cooperativas, cooperativas de crédito (singular ou central), formação de culturas perenes, melhoramento das explorações, pesca e outras modalidades.

O financiamento destinado à aquisição de máquinas, equipamentos e implementos encontra-se inserido na modalidade de investimento, sendo válido estabelecer relação entre o valor destinado à aquisição de insumos e o total direcionado a respectiva modalidade, pois permite compreender o comportamento da distribuição desses recursos específicos.

Os contratos para a aquisição de insumos mecânicos representaram 6,62% do total de 1.240.022 contratos fechados na modalidade de investimento, resultando em 27,98% dos recursos que totalizou R\$ 36.596.674.400,00. Tais dados pressupõem uma concentração no valor do financiamento direcionado à aquisição de máquinas, equipamentos e implementos agropecuários em uma quantidade relativamente restrita de produtores, sobretudo quando considerados os demais vetores de financiamento na modalidade de investimento.

Diante do exposto é possível perceber fortes disparidades regionais quanto ao financiamento destinado à aquisição dos produtos em análise. O Quadro 1 apresenta os investimentos na aquisição de máquinas, equipamentos e implementos, sendo possível identificar que na Região Nordeste há maior concentração de contratos, sendo que a soma dos contratos das demais regiões representa mais da metade do total de contratos do Nordeste. Em contrapartida, os maiores valores de financiamento destinado ao vetor encontram-se concentrados nas regiões Sul, Centro-Oeste e Sudeste, seguido dos menores valores nas regiões Nordeste e Norte, respectivamente.

Quadro 1 – Brasil - Contratos e financiamento em máquinas, equipamentos e implementos agropecuários (2016).

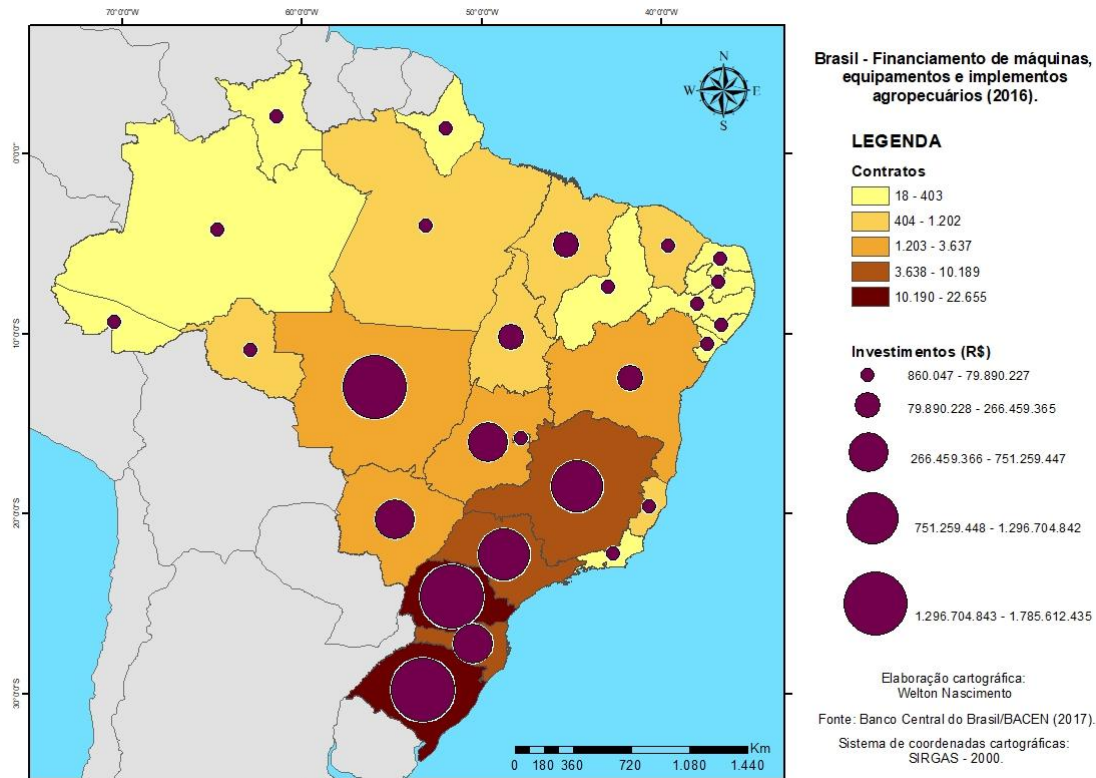
Regiões	Contratos em máquinas, equipamentos e implementos (investimento)	Valor dos contratos em máquinas, equipamentos e implementos (investimento) (R\$)
Centro-Oeste	59.485	R\$ 9.248.823.995,89
Sul	124.998	R\$ 11.085.153.314,77
Sudeste	175.250	R\$ 8.409.857.202,29
Norte	54.407	R\$ 3.304.608.310,86
Nordeste	825.882	R\$ 4.548.231.576,19
Brasil	1.240.022	R\$ 36.596.674.400,00

Fonte – BACEN (2017).

Conhecer a distribuição espacial da quantidade de contratos e dos valores dos investimentos é fundamental para que seja possível correlacionar com os processos produtivos que historicamente resultaram na configuração da dinâmica agropecuária brasileira atual.

No Mapa 1 é possível considerar as diferenciações regionais do financiamento direcionado aos processos produtivos agrícolas no Brasil. Tal fato é evidente quando se considera o contexto produtivo de parte significativa dos agricultores do centro-sul do país, onde o cooperativismo é marcado pelo predomínio de empresas e produtores altamente capitalizados, possuindo certa autonomia na comercialização dos produtos agropecuários. Em contrapartida, a realidade do Nordeste do país apresenta práticas de cooperativismo menos fortalecidas, com capital comercial pouco expressivo e, conseqüentemente, forte dependência de grupos agroindustriais no âmbito da comercialização dos produtos, além da escassez cíclica de chuvas que afeta boa parte da região, especialmente o semiárido.

Mapa 1 – Brasil – Contratos e financiamento de máquinas, equipamentos e implementos agropecuários (2016).



A concentração de contratos e investimentos no Centro-Sul (Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, São Paulo e Minas Gerais) com expressiva participação também do Centro-Oeste (Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul) requer considerar que foram nessas áreas onde historicamente se desenvolveram processos produtivos agropecuários baseados em monoculturas com forte presença de grupos agroindustriais de importância econômica nacional e internacional, sendo, a princípio, focos de investimentos em técnica e tecnologia em decorrência da produção voltada ao mercado internacional.

Nesse contexto, Favareto (2010, p. 49) apresenta que hoje o modelo de produção agrícola brasileiro, baseado na produção de mercadorias agrícolas destinadas ao comércio exterior, com fortes investimentos em insumos (dentre eles materiais mecânicos e agrotóxicos) apresenta vários riscos, tais como: dependência de produtos com preços determinados no exterior (seja dos produtos exportados ou dos insumos importados utilizados na produção); especialização por produtos de baixo valor agregado; a rarefação da convergência positiva entre indicadores de crescimento econômico, redução da pobreza e da desigualdade, sobretudo onde há maior presença da agricultura patronal (interior paulista e áreas do Centro-Oeste do país) ou agricultura familiar (Oeste de Santa Catarina e Noroeste do Rio Grande do Sul); estabilidade demográfica; emissão de gases estufa pela pecuária; pressão pelo avanço da produção nas bordas da floresta amazônica; desflorestamento da Caatinga, desgaste do solo do semiárido e a exploração de madeira na Mata Atlântica.

Logo, considera-se necessário o que é ressaltado por Rodrigues (2014), a partir da leitura de Banks e Mackian (2000), sobre a necessidade de conhecimento das relações entre o geral e o particular mediante a agregação de informações sobre os fenômenos. Neste caso, defende-se a importância do conhecimento sobre a realidade da distribuição espacial dos recursos em cada estado brasileiro, uma vez que os mesmos apresentam fortes disparidades quanto à obtenção desse vetor de financiamento, se materializando através da técnica de forma diferenciada em cada porção do território.

Na próxima seção será analisada a particularidade que o financiamento na modalidade de investimento destinado à aquisição de máquinas, equipamentos e implementos agropecuários apresenta no Rio Grande do Norte, sendo esse um vetor de efetivação da política nacional de crédito rural e, conseqüentemente, de alteração da estrutura técnica no campo potiguar em consonância com a realidade brasileira.

CRÉDITO RURAL E SUBSÍDIOS PARA A AQUISIÇÃO DE INSUMOS MECÂNICOS PARA A AGRICULTURA NO RIO GRANDE DO NORTE

Compreender a dimensão espacial das políticas públicas a partir dos arranjos espaciais, seja no momento de sua elaboração ou na análise sobre políticas já executadas, é um aspecto necessário para que se tenha validade no atendimento à demanda de determinados sujeitos. Trata-se de considerar a substância espacial, ou seja, o movimento da sociedade e todos os processos resultantes da sua ação e de determinados sujeitos em recortes territoriais delimitados (RODRIGUES, 2014).

A dimensão do local nesse contexto assume importância analítica quando considerada a política pública elaborada pelo Estado como meio para atender demandas sociais e espaciais. A importância do saber local, como defendido por Santos (1999), mostra-se pertinente, pois ajuda a entender as contradições na efetivação das políticas públicas considerando a diversidade dos processos e seus diferentes rebatimentos em porções do território também diferenciadas.

No Rio Grande do Norte, a efetivação do financiamento associado à aquisição de insumos agropecuários (inclusive mecânicos) se efetivou atrelada às transformações relacionadas ao setor produtivo na década de 1990, quando ocorreu reconfigurações das atividades produtivas preexistentes e a implantação de novos vetores até então nunca vistos (AZEVEDO, 2013) como a instalação de infraestruturas associadas ao desenvolvimento e fomento da agropecuária, a exemplo da criação de perímetros irrigados nos vales úmidos dos rios Piranhas-Açu e Apodi-Mossoró, instalação de agroindústrias de laticínios, entre outras.

Nesse momento ocorreu a intensificação da alocação e expansão de empresas relacionadas ao consumo produtivo agrícola, favorecendo uma reorganização das bases técnicas preexistentes a partir da expansão de novos sistemas de objetos e sistemas de ações (SANTOS, 2012) evidentes na nova realidade de mundialização do capital e da nova divisão territorial do trabalho relacionada a agricultura (ELIAS, 2013).

Mesmo com o avanço dos objetos técnico-científicos no interior do país, o Nordeste também apresentou seletividade quanto ao alcance dessas materialidades dotadas de conteúdo dinâmico, seguindo o padrão que já vinha ocorrendo no Brasil em décadas anteriores. Isso significa que as áreas privilegiadas foram, principalmente, aquelas em que eram desenvolvidas produções pelos grupos agroindustriais nos vales úmidos dos rios, ganhando destaque a produção de frutas tropicais através de técnicas de irrigação modernas.

Quanto às transformações ocorridas no território potiguar decorrentes do processo de reestruturação produtiva destacam-se a agricultura irrigada, a mineração, a atividade petrolífera, a produção de sal marinho, a construção civil e o setor do comércio e serviços (principalmente o turismo). Tais atividades, em geral, são aquelas que

passaram a receber fortes investimentos de grupos econômicos estrangeiros, bem como vários incentivos governamentais, fortemente imbuídos de conteúdos técnicos, financeiros, portanto, econômicos e políticos. Novas materialidades surgiram ou foram redimensionadas no território como forma de assegurar os fixos para garantirem os fluxos materiais e imateriais, dinheiro, informação, tecnologia, mão-de-obra etc. (AZEVEDO, 2013, 118).

A reconfiguração dos processos produtivos preexistentes e a implantação dos novos vetores de produção significaram para o estado do Rio Grande do Norte a inserção de novas áreas nas chamadas zonas de densidades. Na agricultura isso se deu através da maior produção de mercadorias, necessidade de mão de obra, maior demanda por produtos para serem

exportados, reconfiguração do consumo produtivo agrícola, construção de infraestruturas para o apoio a cadeia primária produtiva e novas demandas financeiras associadas ao financiamento da produção (LOCATEL; LIMA, 2016).

Atualmente o panorama do financiamento da agricultura no Rio Grande do Norte ganha significado por evidenciar demandas diferenciadas em cada porção do estado, resultando da constituição histórica complexa das culturas agropecuárias. Destaca-se a pequena produção, marcada pela agricultura familiar, remontando a atividade agropecuária desenvolvida desde o período colonial, com predominância da pecuária extensiva e a prática agrícola para o autoconsumo. A produção associada ao agronegócio refere-se à produção e/ou beneficiamento de frutas tropicais (melão, melancia, banana, castanha-de-caju e manga) e cana-de-açúcar que ganharam impulso com a reestruturação produtiva das bases econômicas nos anos 1980 em conjunto com outros vetores como produção petrolífera, mineração, produção de sal marinho, o turismo e a construção civil (AZEVEDO, 2013).

O crédito rural destinado ao estado em 2016 chegou a efetivar 45.053 contratos (2,05% em relação ao Brasil), representando R\$ 274.291.685,82 (apenas 0,17% do financiamento da agricultura brasileira). Desse total, 43.235 dos contratos corresponderam apenas a modalidade de investimento, resultando em R\$ 189.127.753,41 dos recursos (68,95% em relação ao RN).

Tais quantitativos, para 2016, permitem perceber que a maior parte do financiamento relativo ao crédito rural no Rio Grande do Norte encontra-se concentrado na modalidade de investimento, apresentando pouca representatividade quanto à obtenção de recursos via custeio ou comercialização. Trata-se de uma variação característica dos estados das regiões Nordeste e Norte do país, em que, por vezes, o financiamento é maior na modalidade de custeio ou investimento. Nas demais regiões do país há um predomínio da modalidade de custeio na obtenção dos recursos (BACEN, 2017).

Uma vez considerado o crédito rural destinado à aquisição de máquinas, equipamentos e implementos agropecuários no estado, em relação ao total da modalidade de investimento para o Rio Grande do Norte, verifica-se que tal vetor representa 2,26% dos contratos, totalizando 41,12% dos recursos dessa modalidade. Logo, na escala estadual também ocorre uma concentração dos investimentos em insumos mecânicos para uma parcela restrita de produtores, devendo ser compreendido tal vetor em sua dimensão espacial no contexto potiguar.

Essa concentração de investimentos em determinadas áreas e setores produtivos acentua o acesso ao consumo produtivo por determinados agentes em detrimento de uma grande maioria. Tal fato, diretamente associado à existência da técnica nos processos produtivos no campo, assevera o que é apresentado por Silveira (2012) ao lançar a ideia da necessidade de pensarmos na ação daqueles agentes que usam e que regulam as técnicas.

Nesse caso, é evidente que a ação do Estado através do financiamento da agricultura, favorece sobremaneira os agentes capitalistas no tocante ao domínio sobre o uso da técnica nos processos produtivos no campo, além de fortalecer a ideia de que o progresso técnico se apresenta concentrado espacialmente e setorialmente. Disso resulta uma maior divisão social e territorial do trabalho a partir da contemplação de interesses de grupos específicos e da marginalização de outros.

Sobre as fontes de recursos direcionados ao financiamento de insumos agropecuários no Rio Grande do Norte, foram provenientes do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, com 940 contratos, tendo participação também da Poupança Rural-Controlados-Subvenção-Econômica, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) /Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME) - Equalizável, e de recursos obrigatórios especificados no Manual do Crédito Rural (MCR).

Sobre a distribuição dos contratos e recursos para aquisição de máquinas, equipamentos e implementos agropecuários no Rio Grande do Norte, depreende-se que os recursos não são distribuídos de maneira homogênea, isso porque os:

indivíduos que residem em municípios diferentes não desfrutam das mesmas possibilidades de terem suas demandas atendidas, tanto no que se refere à

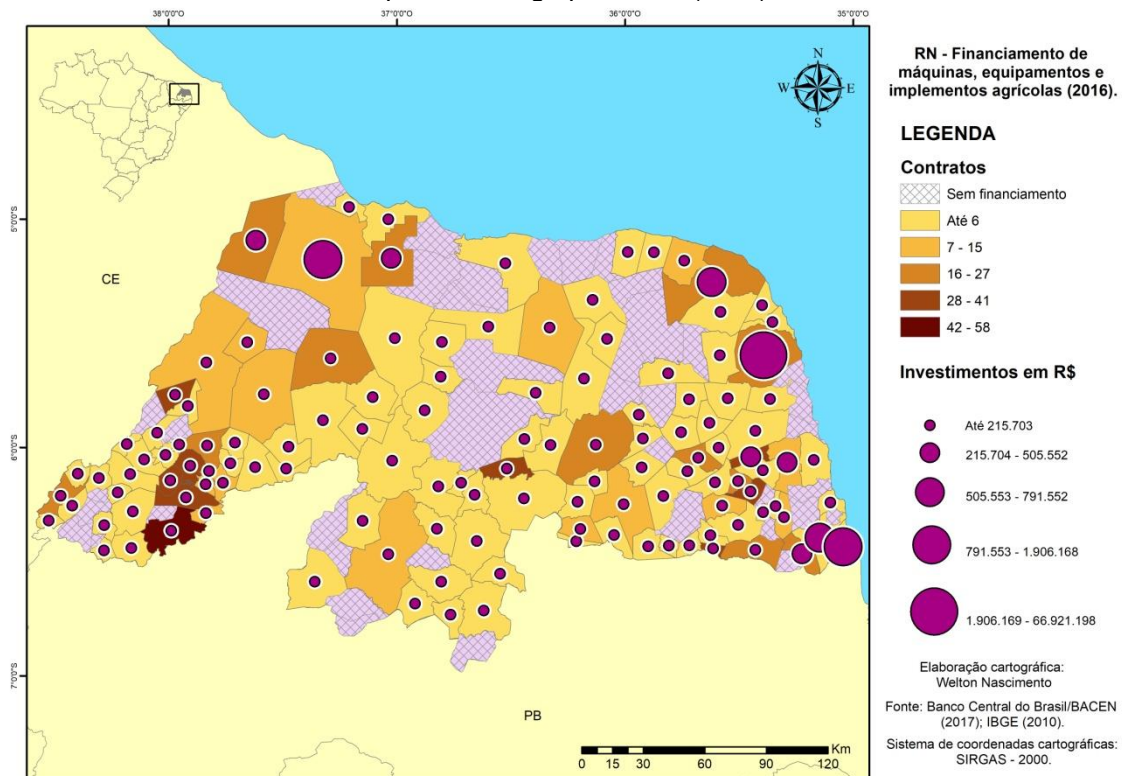
qualidade quanto o que toca à prestação de políticas públicas as mais fundamentais (RODRIGUES, 2014, p.160).

Os investimentos para a aquisição dos insumos agropecuários encontram-se pulverizados nos municípios do RN de acordo com os processos produtivos realizados em cada um deles, confirmando a assertiva de que a

incorporação das inovações no território e no processo produtivo agrícola não ocorre de maneira plena, havendo, portanto, áreas de produção agrícola que não apresentam elevado nível técnico com conteúdo informacional e que possuem um consumo produtivo agrícola inexpressivo (LOCATEL; LIMA, 2016, p. 46).

Porém, de acordo com a representação dos dados de financiamento no Mapa 2, tais investimentos também evidenciam especializações produtivas em determinadas culturas e em recortes espaciais bem delimitados.

Mapa 2 – Rio Grande do Norte – Contratos e financiamento de máquinas, equipamentos e implementos agropecuários (2016).



Tal fato é evidente pela obtenção de investimentos, sobretudo em três municípios do estado, concentrando 55% dos recursos em máquinas, equipamentos e implementos agropecuários, representando apenas 4% dos contratos nesse vetor de financiamento, sendo eles: Baía Formosa, onde se efetiva a produção sucroalcooleira e de coco-da-baía; Ceará-Mirim, também com destaque na produção de cana-de-açúcar; e Mossoró, marcado pela produção de melão e melancia, este primeiro produto tendo crescimento 19,2% em 2016 no valor das exportações em relação a 2015 que totalizou US\$ 63.204.786.000,00 FOB (*Free On Board* que em português quer dizer “livre a bordo”, ou seja, que a responsabilidade do embarcador termina no despacho das mercadorias) (MDIC, 2017). Vale lembrar que o melão e a castanha de caju se destacam como os principais produtos da base de exportação do estado há vários anos.

Tais segmentos produtivos nesses municípios são justamente aqueles monopolizados por empresas agroindustriais que fazem uso de diversos insumos agropecuários, tais como sementes, adubos/fertilizantes, agrotóxicos e outros elementos químicos, seja na produção ou

na conservação dos produtos a serem comercializados. Caracterizam-se também como vetor produtivo que utiliza tecnologias mais modernas nos processos produtivos (com destaque às máquinas de colheita e irrigação por aspersão) ao mesmo tempo em que utilizam mão de obra com trabalho precário e baixos salários remunerados (LIMA, 2016).

Quanto à produção da pecuária, esses municípios se destacam ainda pela criação de galináceos (única criação de maior representatividade em Baía Formosa), bovinos, ovinos, suínos caprinos, eqüinos e codornas, esta última criação estando presente especificamente em Mossoró (IBGE, 2015b).

Em contrapartida, é possível destacar maior concentração dos contratos em outro conjunto de municípios, representando 51% dos contratos nesse vetor para o RN (24% dos investimentos), estando associado tanto à produção que mantém relação direta com as agroindústrias no processo de comercialização, como também a produção que abastece o mercado local.

No Oeste potiguar destacam-se os seguintes municípios: Alexandria, Antônio Martins, Upanema, Baraúna e Serra do Mel, os quais apresentam, segundo a Produção Agrícola Municipal em 2015, maior volume produzido de melão, melancia, banana, manga e castanha de caju associado a produção nos vales úmidos dos rios Apodi-Mossoró e Piranhas-Açu, onde verifica-se a relação de comercialização entre grande quantidade de pequenos agricultores e empresas agroindustriais, estas também situadas em alguns desses municípios (caso de Baraúna com produção de melão).

Na mesma mesorregião destacam-se também Martins, Serrinha dos Pintos e Severiano Melo pela produção de castanha de caju, cana-de-açúcar, mandioca, fava e feijão. Quanto a pecuária, todos esses municípios se destacam pelo efetivo de cabeças de galináceos, seguidos de rebanhos bovinos, ovinos, caprinos e suínos.

Na mesorregião Central Potiguar, o município de Lagoa Nova se destaca quanto à produção de castanha de caju, maracujá e mandioca, bem como na criação de galináceos, bovinos, bovinos, suínos, ovinos e caprinos.

No Agreste Potiguar destacam-se Passa e Fica, São Tomé, Lagoa de Pedras, Vera Cruz e Lagoa Salgada, ganhando representatividade na produção de mandioca (mesorregião com maior produção), batata-doce, castanha de caju, banana, cana-de-açúcar, mamão, maracujá, manga, coco da baía e milho. A pecuária, na região Agreste, apresenta maior criação de galináceos e gado bovino, além de ovinos, suínos, caprinos e eqüinos em menor proporção.

No Litoral Leste aparece a participação de Touros e Pedro Velho com produção de cana-de-açúcar, abacaxi, banana, mamão, melancia, batata-doce, coco da baía, castanha de caju e mandioca, além da participação significativa de Ceará-Mirim, já apresentado. Nesses municípios se destacam os galináceos e o rebanho bovino.

Ressalta-se que em muitas das atividades agropecuárias supracitadas há forte relação entre a produção da agricultura familiar camponesa, além de médias e grandes empresas que são responsáveis pelo processamento das mercadorias agrícolas destinadas à comercialização e ao consumo final, mesmo que haja atuação da figura do atravessador no contexto da circulação dos produtos agropecuários.

A partir dessa relação se estabelece a coexistência do uso de técnicas pretéritas e modernas na produção agropecuária, em que os pequenos produtores, muitas vezes excluídos do financiamento do crédito rural, apresentam o uso de técnicas tradicionais como arado de tração animal, capinadeira e enxada, enquanto as produções relacionadas ao agronegócio apresentam técnicas modernas como tratores e outras máquinas de colheita, além do uso de irrigação por aspersão, adubos/fertilizantes e, dentre outros, agrotóxicos (LIMA, 2015).

Assim, salvaguardando algumas exceções, há coexistência no uso de técnicas numa mesma unidade de produção, porém tal realidade apresenta-se de forma menos evidente nos estabelecimentos rurais com ênfase na pequena produção uma vez que os produtores menos capitalizados apresentam fortes dificuldades quanto à compra de materiais modernos destinados ao melhoramento de sua produção.

A concentração de investimentos para a aquisição de máquinas, equipamentos e implementos agropecuários nos municípios onde há produção agroindustrial ou onde a mesma mantém relações de compra dos produtos aos pequenos produtores, evidencia que o Rio Grande do Norte segue o padrão de investimento em crédito rural que ocorre numa escala nacional, em que a agricultura familiar aparece como “uma estrutura produtiva que sempre foi relegada ao segundo plano no processo de desenvolvimento rural do país” (MATTEI, 2014, p. 72).

A distribuição diferenciada do crédito rural relacionado à aquisição de insumos mecânicos, além de designar a existência de arranjos especiais diversos configurados pela agropecuária, contribui para o entendimento da distribuição desigual do comércio de insumos mecânicos onde são, em parte, adquiridos pelos produtores rurais do Rio Grande do Norte.

Nascimento (2018) destaca que o comércio desses produtos se efetiva no estado a partir da ação de pelo menos 224 empresas comerciais, sendo que 10 delas são especializadas unicamente no comércio de máquinas e implementos (inclusive materiais de irrigação).

Concentradas principalmente nas cidades de Natal, Mossoró, Ceará Mirim e Assú, tais empresas caracterizam-se por atender demandas por insumos como arados, enxadas rotativas, semeadoras, plantadoras, adubadoras, roçadoras, pulverizadores, atomizadores, colheitadeiras em geral, máquinas de beneficiamento, de transporte de produtos (tratores) e produtos destinados ao consumo produtivo das máquinas (óleos, borrachas, correntes, etc.) (Figuras 1 e 2). Devido a quantidade de produtos ofertados (algumas empresas chegando à 7 mil variedades) tais empresas exigem um nível organizacional maior atendendo normas técnicas e de segurança.

Figuras 1 e 2 – Mossoró e Natal – Empresas comerciais de insumos mecânicos agropecuários (2017).



Fonte – Acervo pessoal (2017).

Fonte – Acervo pessoal (2017).

É considerando essa complexidade de processos e relações que ressaltamos a necessidade de atentar à abordagem territorial (que inclui a escala local) para a efetivação desse vetor da política de crédito rural, tanto na escala no Rio Grande do Norte como em nível de Brasil. Nesse sentido, Hespanhol (2010, p. 128), a partir da leitura de Schneider (2003), afirma que

a abordagem territorial assume a função de uma ferramenta para se pensar o planejamento e a intervenção estatal no tecido social a partir da escala local, regional, microrregional etc. O território passa a se constituir numa unidade de referência, um nível de operação e agregação adequados para operar o planejamento de ações governamentais e políticas públicas visando a promover mudanças no espaço social.

Assim, considerar o financiamento de máquinas, equipamentos e implementos agropecuários como vetor de expansão de objetivos técnicos científicos no campo potiguar exige levar em conta os processos, os conteúdos e os agentes territoriais, não apenas alguns processos, mas todos eles. É preciso verificar a ação do poder local na assistência técnica aos produtores rurais, na elaboração de orçamentos, planos e projetos que viabilizem o acesso às políticas públicas de forma que garanta o uso sustentável dos recursos ambientais e demais dimensões do processo de desenvolvimento rural, sem que haja beneficiamento de determinados sujeitos em detrimento de outros, tampouco de determinadas produções em relação a outras.

Trata-se de partir da substância espacial elencada por Rodrigues (2014), ou seja, o espaço e a sociedade para que ocorram as tomadas de decisões que viabilizem o atendimento das demandas sociais dos agricultores familiares visando à promoção de mudanças relacionadas não apenas ao vetor aqui analisado, mas todos os vetores das políticas públicas que atendem as diferentes demandas do homem em suas ações espaciais.

Assevera-se o que é assinalado por Santos (1999) sobre a necessidade de reformas constitucionais que considerem o território a partir de seus diferentes usos, portando em si um conteúdo social. Refere-se a necessidade de uma reforma constitucional de “baixo para cima” e não “de cima para baixo” como se tem feito nas últimas décadas, ou seja, é necessário considerar não apenas os interesses dos grandes agentes capitalistas, que no campo brasileiro atuam na produção voltada principalmente para o comércio exterior alegando estarem fortalecendo a economia do país e a vida da população, mas também e principalmente carece de valorização dos pequenos produtores rurais que são os responsáveis pelo abastecimento diário de alimentos da população brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto abordou a configuração contemporânea do financiamento para aquisição de insumos mecânicos agropecuários no Brasil e no Rio Grande do Norte, sobretudo associado ao financiamento de máquinas, equipamentos e implementos, sendo um vetor de efetivação da política pública do Crédito Rural e, notadamente, um meio de expansão do uso de objetos técnico-científicos no espaço rural.

Ressaltamos o processo de modernização do território brasileiro mediante a ação do Estado via política de crédito rural direcionada ao aperfeiçoamento dos processos produtivos apresentando rebatimentos específicos em cada estado. Constatou-se que, no Rio Grande do Norte, os efeitos sobre os investimentos em máquinas, equipamentos e implementos agropecuários se apresentam altamente concentrados, sobretudo naqueles municípios onde se desenvolvem especializações produtivas, como é o caso da cana-de-açúcar em Ceará Mirim e Baía Formosa e da produção de melão em Mossoró e municípios vizinhos, sobretudo pela ação de empresas agroindustriais exportadoras desses produtos.

Os recursos obtidos pelos produtores em vários municípios do estado, concentrados em determinado setor e em recortes espaciais bem delimitados, revelam que as ações de investimentos nesse vetor do crédito rural não correspondem à diversidade de processos agropecuários efetivamente realizados nos municípios potiguares, pois nem todos os produtores são contemplados com tal política, cujo acesso é bastante desigual. Para além da realidade atual, esse fato representa o poder de determinados grupos na constituição histórica das dinâmicas agropecuárias no Rio Grande do Norte, apresentando considerável poder na obtenção de recursos e, conseqüentemente, o controle de técnicas capazes de fortalecer a dinâmica produtiva do setor agropecuário, marginalizando desse processo os pequenos produtores agropecuários.

Enquanto isso, a maioria dos produtores, sobretudo agricultores familiares, é negligenciada enquanto parte importante da dinâmica produtiva do estado, tendo acesso restrito aos objetos técnicos e insumos produtivos, apresentando, muitas vezes, dificuldades de acesso ao mercado e a um sistema de comércio justo, bem como apresentam um nível organizacional produtivo precário. Acredita-se que tal fato ocorra, em parte, pela falta de articulação entre a esfera do poder local na assistência para com a agricultura familiar na elaboração de planos e projetos que favoreçam esses sujeitos na obtenção dos recursos, mas também pela estrutura já imposta de dependência e subordinação desses produtores perante grupos agroindustriais, uma vez que a falta de recursos financeiros para o apoio e incentivo à comercialização da produção oriunda da agricultura familiar camponesa é uma realidade evidente.

Verifica-se então a necessidade de fortalecimento da ação do Estado no apoio à produção agropecuária, no sentido de viabilizar certa autonomia aos produtores rurais menos capitalizados, seja no investimento necessário ao fomento da produção ou na comercialização da mesma. Ademais, é preciso no âmbito da política pública, que o Estado, enquanto um ente regulador da sociedade inclua a dimensão dos processos e do movimento do território em suas ações de atendimento às demandas sociais, sem privilegiar determinados sujeitos em detrimento de outros. Pensar dessa forma viabilizará a inclusão de sujeitos que historicamente foram relegados quanto aos seus direitos, baseando-se em princípios de justiça social e organização da vida em sociedade.

AGRADECIMENTOS

A realização da pesquisa apresentada – que corresponde a uma análise mais abrangente no âmbito de pesquisa de mestrado – contou com o apoio de bolsa de mestrado financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Nesse sentido, agradecemos a tal entidade pelo incentivo ao desenvolvimento da pesquisa em suas diversas fases, sobretudo no que concerne a pesquisa empírica, considerada a amplitude das áreas foco de análises.

REFERÊNCIAS

- ARRETCHE, Marta. Mitos da descentralização: Mais democracia e eficiências nas políticas públicas? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Ano 11, nº 31, p. 01-27, 1996.
- AZEVEDO, Francisco Fransualdo de. Reestruturação Produtiva no Rio Grande do Norte. *Mercator*, Fortaleza, v. 12, número especial (2), p. 113-132, 2013.
<https://doi.org/10.4215/RM2013.1202.0008>
- BRASIL. Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965. Institucionaliza o crédito rural. Brasília, DF, 1996.
- BRASIL. BACEN - Banco Central do Brasil. Matriz de Dados do Crédito Rural (MDCR). Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/c/micrrural/>. Acesso contínuo.
- BRASIL. BACEN - Banco Central do Brasil. Manual do Crédito Rural (MCR). Disponível em: <http://www3.bcb.gov.br/mcr/completo>. Acesso em 17 de junho de 2017.
- BANKS, Mark; MACKIAN, Sara. Jump in, the waters warm: a comment on Peck's "grey geogra-phy". *Transactions of the Institute of British Geographers*, n. 25, p. 249-254, 2000.
<https://doi.org/10.1111/j.0020-2754.2000.t01-1-00243.x>
- FAVARETO, Arilson. As políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil em perspectiva - uma década de experimentações. *Desenvolvimento em debate*, v.1, n.2, p.47-63, 2010.
- GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil. *RESR*, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, p. 125-146, 2014.

<https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600007>

HESPANHOL, Rosângela Aparecida Medeiros. A adoção da perspectiva territorial nas políticas de desenvolvimento rural no Brasil. *Campo-território: Revista de Geografia Agrária*, v.5, n.10, p. 123-147, 2010.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Regiões de Influência das Cidades. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Produção Agrícola Municipal 2015a. Disponível em:

<http://www2.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=5457&z=t&o=11>. Acesso contínuo.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Pecuária Municipal 2015b. Disponível em:

<http://www2.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=3939&z=t&o=24>. Acesso contínuo.

LIMA, Fernanda Laize Silva de. Território, técnica e agricultura no Rio Grande do Norte. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

LOCATEL, Celso Donizete; LIMA, Fernanda Laize Silva de. Territórios rurais e reestruturação produtiva do capital no Rio Grande do Norte. In.: *Revista Formação*, v. 1, n.23, p.33 - 61, 2016.

MATTEI, Lauro. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 45, p. 71-79, 2014.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (MDIC).

Sistema AliceWeb2. Disponível em: <<http://aliceweb.mdic.gov.br//consulta-ncm/index/type/exportacaoNcm>>. Acesso em 10 de setembro de 2017.

NASCIMENTO, Welton Paulo do. O comércio de insumos agropecuários como vetor de expansão do uso de objetos técnico-científicos no Rio Grande do Norte. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2018.

RODRIGUES, J. N. Políticas públicas e geografia: reto-mada de um debate. *GEOUSP - Espaço e Tempo (Online)*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 152-164, 2014.

<https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2014.81093>

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4 ed.7. reimpr. São Paulo: EDUSP, 2012.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SANTOS, Milton. O território e o saber local: algumas categorias de análise. *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, ano XIII, nº 2, p. 7-12, 1999.

SCHNEIDER, Sergio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 6, nº 11, p. 88-125, 2004.

<https://doi.org/10.1590/S1517-45222004000100006>

SILVA, José Graziliano da. A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

Recebido em: 12/02/2018

Aceito para publicação em: 11/04/2019